

Atraso informático penaliza militares em centenas de euros abrangidos pelo regime transitório de passagem à reserva e à reforma

A Associação Nacional de Guardas (ANAG-GNR) denuncia o incumprimento do decreto-lei n.º 214-F/2015 em vigor desde outubro. O presente diploma regula o regime transitório para as situações de reserva e de reforma dos militares da Guarda Nacional Republicana e ainda não foi aplicado pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), devido ao atraso nas alterações dos programas informáticos que permitem processar a atualização dos respetivos dados.

Tendo em conta que por este alegado motivo a Caixa Geral de Aposentações (CGA) não cumpriu o prazo para a execução do diploma, que terminou em finais de março, a ANAG-GNR considera que a situação ultrapassa a razoabilidade e a tolerância dos militares penalizados.

Assim, a ANAG-GNR solicita urgentemente à senhora ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, que assuma as suas responsabilidades e compromissos de forma a permitir o cumprimento efetivo da legislação. Estando a Caixa Geral de Aposentações (CGA) sob a tutela do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, a ANAG-GNR entende que compete ao Ministério da Administração Interna resolver os problemas que afetam os militares da GNR, mesmo que sejam provocados por alegadas meras questões informáticas.

A ANAG-GNR salienta que esta situação penaliza os militares em centenas de euros, chegando a casos em que atinge os 700 euros mensais e que não se compadecem por meras questões informáticas para a execução do diploma. Esta foi de resto uma das questões prioritárias para a qual a ANAG-GNR alertou a senhora ministra Constança Urbano de Sousa durante os breves minutos da primeira e única reunião que teve com a governante, a 15 de dezembro passado.

Salienta-se o manifestado interesse da ministra em atender aos problemas que afetam os militares da GNR, e o pedido de um memorando para oficializar os mesmos, que já foi enviado. Aguardamos ainda a marcação de nova reunião de trabalho, mas uma vez que não existe um assessor de ligação entre a tutela e as associações, os ofícios de pedido de reunião dirigidos à senhora ministra têm sido sucessivamente adiados e sem data indicativa.

Pelo exposto, a ANAG-GNR solicita novamente e de forma pública, que seja agendada tão esperada reunião com a senhora ministra Constança Urbano de Sousa.

Lisboa, 05 de abril de 2016

A Direção Nacional da ANAG-GNR